

PRÉ-VESTIBULAR COMUNITÁRIO DA ROCINHA A LATÊNCIA DA RACIALIDADE NA TENSÃO ENTRE AS ESTRATÉGIAS REGULADORAS E AS TÁTICAS SUBVERSIVAS

SILVA, Rodrigo Torquato da – UERJ

GT: Movimentos Sociais e Educação / n.03

Agência Financiadora: Não contou com financiamento

A discussão sobre o Ensino Superior no Brasil tem estado em foco nas agendas políticas e nos Fóruns de debates sobre a temática da estrutura educacional brasileira. A democratização do acesso à universidade e o esforço pela elaboração de políticas públicas que garantam não só o acesso, mas, principalmente, a permanência dos alunos das camadas populares até o final dos cursos, têm sido os principais pontos da pauta em discussão.

Os embates travados a partir dessa problemática possibilitaram a construção de várias arenas de lutas. Algumas poderíamos denominar de “arenas oficiais” onde ocorrem as discussões mais ampliadas e com vários sujeitos e agentes institucionais ou representantes de movimentos sociais interessados em transformar as reivindicações em ações afirmativas e, conseqüentemente, em políticas públicas. Porém, esse caldo de reivindicações e propostas também possibilita a criação de “arenas alternativas” (ou ocultas) que suscitam o desenvolvimento de novos modelos de movimentos sociais, que se forjam a partir de um cotidiano que resiste à tentativa de definição estanque o que, portanto, o torna irrepetível. Um desses espaços, no qual se configura a convivência com a diversidade e a hibridação de modelos e agendas, vêm sendo os denominamos Pré-Vestibulares populares.

Este trabalho se propõe a iniciar uma discussão sobre como se apresentam as estruturas reguladoras e as táticas subversivas nas relações dos atores que constituem, especificamente o Pré-vestibular Comunitário da Rocinha (PVCR). A proposta é fazer uma reflexão de como tais estruturas e táticas se articulam com a dimensão política do movimento, consubstanciada nas aulas-debates da disciplina “Cultura e Cidadania” na qual a constante emergência da temática racial nos permite confirmar a existência de um “estado” de latência (Santos, 2003) do mote da racialidade, mesmo nesse núcleo que não adota essa questão como bandeira principal da sua discussão.

Uma outra questão é poder analisar a contradição existente entre uma proposta progressista e qualitativa de educação e as exigências conteudistas e quantitativas dos exames vestibulares que, por uma questão de necessidade de adesão de pessoas para os cumprimentos do trabalho fundamental na dinâmica do curso (ter aulas de Física, por

exemplo), propicia o surgimento de pactos ideológicos frouxos (Santos, 2003) entre os atores, em relação aos objetivos do movimento.

Pretende-se, com isto, tentar compreender as contradições que movem o cotidiano do pré-Rocinha, e as práticas pedagógicas que dinamizam o processo de aprendizagem e ensino, proporcionando a criação de um ambiente democrático, sendo possível a construção de uma identidade política híbrida numa perspectiva freireana, onde “a sua dialogicidade começa, não quando o educador-educando se encontra com os educandos-educadores em uma situação pedagógica, mas antes, quando aquele se pergunta em torno do que vai dialogar com estes”. (FREIRE, 1987, p.83).

Nas Rotas do Pré-Vestibular Comunitário da Rocinha (PVCR)

Em 1994, surge o Pré-vestibular para Negros e Carentes - núcleo Rocinha - que traz no seu bojo toda uma expectativa, pois é o quinto núcleo do PVNC e o primeiro na zona sul do Rio de Janeiro, situado dentro de uma das maiores favelas da América Latina.

O grupo que formou este núcleo possui uma ação marcada por algumas características que se apresentavam com certa constância entre os indivíduos que criaram os primeiros núcleos do PVNC na Baixada Fluminense. É possível perceber a presença de várias vertentes ideológicas dentro do movimento do PVNC, das quais se destacam como principais as religiosas e a político-partidária. No núcleo Rocinha havia uma predominância da linha político-partidária, e a prática dos militantes desta vertente tinha como um dos seus objetivos o arrebanhamento de novos militantes partidários.

A principal bandeira ideológica e política do PVNC era a questão racial, tentava-se denunciar o mito da democracia racial e apresentava-se o movimento como uma iniciativa de combate ao racismo. No momento de sua constituição, no entanto, o núcleo Rocinha na sua prática dá indícios de que optou por outra prioridade. Embora a bandeira da racialidade esteja presente no discurso de alguns atores, evidencia-se que a predominância da vertente político-partidária faz com que tal bandeira seja relegada a um estado de latência (SANTOS, 2003), o que significa dizer que esta questão pode emergir a qualquer momento no núcleo, mas não permeia todas as suas práticas pedagógicas e atividades.

Durante os primeiros anos de atividade do núcleo Rocinha, é possível perceber como a dinâmica do cotidiano de um pré-vestibular envolve alunos, professores e

coordenação, num dos objetivos considerado comum a todos, como é o caso da preparação para a realização das provas do vestibular. No entanto, as assembleias gerais, que reúnem todos os núcleos do PVNC, as reuniões internas de cada pré com a participação de todos os seus integrantes, transformam esses fóruns do movimento em arenas de disputa política e ideológica, e também repercutem no trabalho de politização de alunos, professores e coordenação, o que é considerado como um dos diferenciais que influenciam a prática pedagógica dos pré-vestibulares populares.

A dimensão política do movimento fica evidente, mas a possibilidade de alterações no quadro de pessoas que compõem o grupo da coordenação de cada núcleo do PVNC, ou de qualquer pré-vestibular que tem a intenção de envolver seus participantes na esfera política presente no movimento de pré-vestibulares populares, permite transformações na vertente política e ideológica predominante na orientação da prática dos sujeitos participantes dos diferentes núcleos.

A especificidade de cada um deles e a percepção diferenciada de suas ações de intervenção foi fundamental, enquanto movimento social, no processo que levou o núcleo-Rocinha do Pré-vestibular para Negros e Carentes (PVNC) a se desligar deste movimento e a constituir o Pré-vestibular Comunitário da Rocinha (PVCR). O PVCR não abandona a concepção de movimento social que o move, mas a partir desse momento, adota uma intervenção social que altera a sua postura político-ideológica na intenção de atender às especificidades da comunidade da Rocinha.

Em 1999, após a ruptura que deu origem ao Pré-vestibular Comunitário da Rocinha, a sua coordenação e também os professores e alunos fazem a opção por uma outra linha política, passando a incorporar ao discurso do movimento uma perspectiva que vai além das questões raciais. Pois para esse grupo, oriundo, em sua maioria, da própria comunidade ou de favelas das adjacências, outras discussões seriam necessárias para a criação de uma identidade local do movimento. Porém, é bom ressaltar que o PVCR só chegou a este grau de politização ao passar por todo um processo de amadurecimento, que foi gestado no ventre das estruturas de organização do PVNC.

Sobre esse ruptura, o professor Renato Emerson dos Santos (2003), um dos fundadores do PVCR, e um pesquisador dedicado a essa causa, confirma o que foi dito, levando-nos a uma reflexão importante, quando analisa os embates travados nas assembleias dos núcleos do PVNC (Pré – vestibular para Negros e Carentes):

“Mesmo em núcleos – como no caso do Rocinha – onde a racialidade não foi assumida enquanto bandeira principal do trabalho, os debates

que levaram a isso confrontaram os indivíduos à crítica das relações raciais iminentes à sociedade brasileira – indivíduos que, até então, eram informados apenas pelo senso comum e pela ideologia dominante, o mito da democracia racial. Neste sentido, o processo de socialização instaurado nos pré-vestibulares populares de um modo geral – e não apenas no Pré-vestibular para Negros e Carentes – passa a ser um momento privilegiado de difusão da consciência do anti-racismo. Um ideário que, até bem pouco tempo era circunscrito a restritos e estigmatizados círculos acadêmicos e de militância dos movimentos negros, encontra-se com a consciência difusa, municinando e fortalecendo a sociedade sobre a necessidade de reversão de um quadro que as ideologias dominantes sempre se esforçaram por silenciar”.(SANTOS, 2003 :151)

Todas essas questões são discutidas dentro do Pré-vestibular Comunitário da Rocinha (PVCR) e representa um momento em que este núcleo questiona e repensa a orientação da sua ação e inserção dentro e fora da comunidade. O núcleo Rocinha começa a avaliar como se dava a sua participação no movimento do Pré-vestibular para Negros e Carentes (PVNC) e a debater sobre a predominância da questão racial no cotidiano. Tal avaliação permite (re)pensar uma outra proposta de trabalho que esteja fundamentada em outras bases ideológicas mais amplas, mas que, de certa forma, não anula a discussão racial.

Neste sentido, uma das primeiras discussões que emerge entre os integrantes do grupo do pré-Rocinha (alunos, professores e coordenadores) trata-se da escolha de um novo nome. Isto remete, inclusive, a uma reflexão identitária que envolve a relação entre colaboradores (voluntários), público-alvo e a localização do núcleo no espaço geográfico e no espaço social da Rocinha.

É bom lembrar que a constituição social da Rocinha representa uma espécie de enclave nordestino na zona sul do Rio de Janeiro, o que nos leva a constatar que neste local há uma continuidade da carência, das tradições culturais, do estilo de vida, etc, do nordeste brasileiro. Entretanto, as alterações na condição sócio-econômica e na qualidade de vida obtidas por estes moradores não podem ser consideradas uma ascensão social tão significativa, mas, ainda assim, representa uma melhoria em relação às oportunidades oferecidas nas regiões de onde cada um emigrou.

Talvez isso tenha colaborado para que houvesse certa resistência da palavra “negro” por parte dos colaboradores do curso naquele momento, presente no antigo nome (Pré-vestibular para Negros e Carentes). Tal palavra era vista por aqueles integrantes do PVCR como um dos fatores de inibição constatado na procura de muitas pessoas de origem nordestina, que interpretavam a denominação “para negros” como uma iniciativa exclusiva para atender a este grupo.

O nome Pré-vestibular Comunitário da Rocinha (PVCR) tenta registrar a importância e significação dada ao caráter “comunitário” deste núcleo, a partir do momento em que durante as discussões são apontados como princípios orientadores não somente as características fundantes, herdadas do movimento do PVNC, dentre elas a definição da discussão racial como um pilar de sustentação do movimento. São lançadas novas propostas (objetivos), idéias e orientações políticas voltadas para a especificidade da comunidade da Rocinha, assumindo a sua atuação no âmbito da educação, vislumbrando uma possível extrapolação para outro tipo de intervenção dentro desta localidade.

Neste sentido, foram pensadas e elaboradas novas estratégias na tentativa de aproximação à comunidade, que dizem respeito a alterações nas relações com as instituições que cedem o seu espaço físico para abrigar o núcleo. A partir daí deu-se início à ampliação da divulgação do PVCR por via de cartazes espalhados por todas as partes da Rocinha, o que resultou na duplicação do número de inscritos. Tal fato exigiu da equipe do pré-rocinha a discussão sobre o processo seletivo dos alunos, o que possibilitou pensar no perfil do aluno. Cabe ressaltar que, embora o perfil incluía todos os alunos potenciais, por uma questão de falta de infraestrutura, faz-se necessário um processo seletivo que dirá quais os membros do público-alvo ingressarão no Pré-Vestibular num primeiro momento, e quais aguardarão a ser chamados a partir de uma lista de espera). É preciso, ainda, pensar em estratégias para tentar suprir as defasagens escolares oriundas de um segundo grau (hoje, ensino médio) precário. Também, foi adotado como um dos objetivos conscientizar os alunos de que o curso só existe, e continuará existindo, se houver uma constante renovação dos voluntários-colaboradores. E que o desejo dos atuais colaboradores é de que se possa aumentar o número de voluntários oriundos da própria comunidade, visto a importância e impacto que isso causa nos alunos das gerações seguintes.

Uma outra mudança significativa pôde ser percebida no Pré-vestibular Comunitário da Rocinha, ao transferir-se, em 2000, de uma escola localizada no “asfalto” para uma sala cedida num prédio localizado dentro da comunidade. É possível perceber que o comprometimento acordado com essa instituição tinha a intenção de extrapolar a relação de uso do espaço físico. A proposta previa a articulação das atividades do pré-vestibular com as atividades culturais e educativas promovidas por esta instituição, respeitando o limite de disponibilidade e condições de atuação de ambos os grupos envolvidos, a fim de integrar membros com práticas de gestões diferenciadas, realizar atividades conjuntas e abertas ao público da comunidade em geral e permitir uma participação mais ampliada e comprometida com as instituições que apóiam o núcleo.

Após várias observações, leituras e indagações feitas, durante os anos de envolvimento e de participação ativa no movimento PVCR (Pré-vestibular Comunitário da Rocinha), é possível fazer uma reflexão mais profunda sobre uma questão crucial e intrigante que norteia as práticas desse movimento: qual o diferencial que a proposta de educação progressista do Pré-vestibular Comunitário da Rocinha (PVCR) proporciona ao projeto de vida individual e profissional dos alunos que por ele passam?

Um estudo do cotidiano

Em início do século XVII alguns pintores começaram a pintar tabernas. Foi o caso de Miguel Angel de Caravaggio e de Velázquez. Que insolência, que atrevimento, que maneira subversiva de pintar! Começava o ciclo fervoroso de debates sobre a chamada “pintura de gênero”, que designava - por oposição à “pintura histórica”, isto é, “importante” - todos os gêneros considerados inferiores que tinham por tema as cenas banais da vida cotidiana”. (Pais, 2003, p.25)

É imprescindível, para começarmos uma reflexão sobre o estudo do cotidiano, citarmos José Machado Pais. Como ele nos sugere, temos nos atos subversivos daqueles pintores do século XVII, as pontas dos fios que iriam tecer novas redes de saberes, à época, inaugurando um movimento artístico cujo olhar aponta para as complexidades existentes num, a princípio, simples retrato do cotidiano.

Pelo que podemos constatar, a subversão é a força motriz das transformações dos modelos tradicionais. Hoje, no Rio de Janeiro, e em muitas regiões do Brasil, temos vários exemplos de expressões artísticas e de movimentos sociais (como exemplo podemos citar o graffiti e os pré-vestibulares comunitários - PVC), que emergem dos guetos, e tornam-se subversivos quando não aceitam esse lugar. Na maioria das vezes são execrados por aqueles que detêm o poder de difusão da cultura oficial.

A exemplo daqueles que pintavam as tabernas no século XVII, os “rebeldes” de hoje pintam os muros da “cidade maravilhosa” ou propagam suas idéias e lutas em espaços alternativos. Fisicamente, alguns deles são cedidos geralmente por instituições que se vêem “tocadas” pela causa das desigualdades sociais (como é o caso de algumas igrejas e associações de moradores que cedem espaços para o funcionamento dos pré-vestibulares comunitários). As obras desses subversivos também são consideradas inferiores pelos representantes da cultura oficial, cujo poder de difusão das obras e dos saberes, considerados artes ou saberes oficiais, não inclui as obras ou os saberes dos artistas vindos dos guetos. Pelo contrário, tentam invisibilizar a luta popular, na medida em que não colocam à disposição destes os mesmos veículos e dispositivos de divulgação.

Essa breve reflexão, sobre duas formas distintas de reconhecer saberes e artes, mesmo em épocas diferentes, nos permite compreender o quanto as inovações de estilo (e de expressões) afrontam os padrões estéticos de beleza (e de linguagem) impostos pela cultura oficial dominante.

Nesse sentido, a sociologia do cotidiano é uma sociologia do protesto contra todas aquelas formas de reificação do social, animadas por uma avassaladora ânsia de posse. Para a sociologia do cotidiano, o importante é fazer insinuar o social, através de alusões sugestivas ou de insinuações indiciosas, em vez de fabricar a ilusão da sua posse. A posse do real é uma verdadeira impossibilidade e a consciência epistemológica desta impossibilidade é uma condição necessária para entendermos alguma coisa do que se passa no cotidiano (Pais, 2003, p.28).

O que se passa no cotidiano de um pré-vestibular comunitário, por exemplo, não é uma rotina. O conceito de rotinização é reducionista. Tal conceito reporta-se à idéia de repetição de determinadas formas de condutas sustentadas por uma confiança de que a realidade é o que ela aparenta ser.

No entanto, há uma outra raiz etimológica do verbete rotina, que aponta para outro campo semântico, associado à idéia de rota (caminho), do latim, como ato ou efeito de romper, que mais se aproxima das rotas traçadas no cotidiano dos PVC's.

Nesse sentido, as rotas do cotidiano são caminhos denunciadores dos múltiplos meandros da vida social, que escapam às abstrações científicas de algumas teorias sociológicas (Pais, 2003).

Assim, a lógica na qual estamos abordando as contradições do PVCR é a do descobrimento, da revelação. Interessa mais a “mostração” do que a demonstração geometrizada do social. O cotidiano, nessa perspectiva, é definido como uma rota de conhecimento cujos elementos de sinalização forjam-se nas complexidades das relações sociais e, como tal, não é uma parcela isolável do social.

Ou seja, o cotidiano do PVC - Rocinha é o espaço-tempo no qual e através do qual se forjam as identidades dos alunos que por ele passam. Onde se tecem as redes de subjetividades e no qual cada um torna-se produtor de conhecimentos (Oliveira, 2003).

Para compreender o cotidiano do PVCR, faz-se necessário considerar os processos de formação de nossas subjetividades em seus múltiplos espaços-tempos. Nesse sentido, as ações cotidianas vivenciadas por cada sujeito são estruturadas e estruturantes no/do cotidiano no qual vivem e assumem significações em função dos seus fazeres e da sua experiência existencial.

Isso nos permite afirmar que o desafio da escola e da universidade é mergulhar no universo múltiplo e complexo desses cotidianos, buscando neles mais do que as normas estabelecidas e percebidas do alto, que definem o formato das prescrições curriculares (Oliveira, 2003), mas ampliando o seu olhar através do diálogo constante com os movimentos dos Pré-vestibulares comunitários, com intuito de não só repensar o ingresso das classes populares no ensino superior, mas de elaborar políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior corrigindo, assim, as desigualdades historicamente impostas a determinados grupos sociais.

Estratégias reguladoras

Como já foi dito, um dos grandes desafios do PVCR é elaborar estratégias político-pedagógicas que possibilitem uma preparação diferenciada, não só para o ingresso na universidade, mas, principalmente, uma proposta de pedagogia

emancipatória que possa estar consubstanciada no projeto de vida individual e profissional de cada aluno que passa por essa experiência de educação popular.

Uma das tentativas de iniciar um processo de regulação e homogeneização do discurso dos voluntários do PVCR foi a estratégia de construção de um conjunto de conteúdos, que minimamente deveriam atender as exigências de pelo menos quatro ementas de conteúdos necessários para o vestibular das quatro universidades mais citadas como preferenciais do alunos (UFRJ, UERJ, UFF e PUC).

O PVCR iniciou um processo de elaboração dos programas, a partir da comparação dos conteúdos exigidos nas ementas das universidades citadas. Quanto aos conteúdos específicos de cada universidade, aqueles que não eram comuns a todas as ementas, foi dado prioridade aos que estavam contidos no programa de exigência da UFRJ, visto que os coordenadores, em reunião, entenderam ser esta universidade a que mais disponibilizava uma amplitude de assuntos para a compreensão de temáticas relevantes e atuais que, de certa forma, estariam sendo cobradas nos demais concursos vestibulares das demais.

Tais estratégias configuram uma tentativa da coordenação do PVCR de criar um mecanismo regulador para as ações dos professores voluntários. Com isso, torna-se perceptível que embora o movimento tenha um discurso emancipatório, o planejamento das atividades acaba cedendo a uma concepção que visa criar um espaço pedagógico segundo modelos. Bem próximos dos modelos de planejamento estratégico-regulador característicos das instituições oficiais de ensino.

Poderíamos pensar, também, tais estratégias como a tentativa de transformar a coordenação num centro irradiador (Sodré, 1992) de socialidade, através dos quais informações e os saberes seriam emanados por uma fonte capaz de investir no desenvolvimento de consciências e comportamentos mais solidários e democráticos.

A partir daí foi encaminhado para cada professor a grade curricular do PVCR e o conteúdo programático de cada disciplina. Foi pedido para que cada um, de acordo com a sua especialização e a sua experiência docente no movimento, fizesse as alterações necessárias nos programas e “dessem um retorno” à coordenação pedagógica para que, assim, pudesse ser “oficializado” o programa das disciplinas para o ano letivo.

É bom lembrar, que nenhuma regra é aplicável tal e qual, daí a necessidade de captarmos a dinâmica do cotidiano. Não existe uma constância de comportamentos de turma para turma ou de um ano para o outro. Cada turma tem a sua dinâmica e as suas especificidades. É preciso compreender os esquemas de operações utilizados pelos

alunos e pelos professores. Cada um cria o seu estilo de ação dentro desse campo. A socialidade irradiadora expõe o sujeito não ao outro concreto ou às regras forjadas no cotidiano do pré, mas a uma coordenação ou às suas estratégias reguladoras. Porém, as maneiras de (com)viver num determinado espaço-tempo do Pré apontam os limites do poder instituído quando se corporifica numa dinâmica real de regulação estabelecida pelas estratégias. Fazendo uma combinação entre o que cada um recebe e o uso que fazem do que recebem, tivemos um exemplo desse limite quando, num determinado momento do ano, alguns alunos conseguiram adesão da turma e promoveram um boicote às aulas de um professor – coordenador, numa tentativa de demonstrar não só a insatisfação com as estratégias adotadas pelo PVCR, mas, principalmente, para tentar trazer uma outra lógica de organização e funcionamento para o movimento.

Esse fato nos sugere que os alunos têm uma percepção das relações de forças que se estabelecem no âmbito do movimento e criam para si um espaço de jogo onde explicitam as maneiras de utilizar a ordem imposta sem abandonar o lugar do qual dependem para alcançar seus objetivos pessoais.

Portanto, como nos indica Certeau (1994), as estratégias são ações que, graças ao postulado de um lugar de poder, elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes) capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. Porém, os atores envolvidos no cotidiano do PVCR desenvolvem uma hábil e criativa utilização do tempo, das ocasiões e dos jogos que introduz na dinâmica do movimento limites às regras impostas, que podem variar de acordo com as especificidades de cada turma e de cada voluntário envolvidos no processo.

Táticas subversivas

As táticas, seguindo ainda a linha epistemológica de Certeau, não são ações calculadas.

Os saberes forjados no/do cotidiano dos alunos do PVCR são suportes que permitem o desenvolvimento de táticas subversivas, indispensáveis para a constituição de uma rebeldia, fundamental ao processo de emancipação social. Por isso, um dos objetivos pedagógicos do PVCR é promover uma via de mão-dupla na qual tanto o sujeito que aprende quanto o sujeito que ensina sejam aprendentes e ensinantes numa relação dialógica, na qual ambos estejam dispostos a sofrer transformações nas suas

concepções, possibilitando o enredamento de valores e o desenvolvimento de novas relações sociais que partam do princípio do diálogo e não da imposição.

Ao fazermos um mergulho no universo desse movimento é possível perceber os sinais de resistência e transgressão às regras impostas pelo discurso positivista e hegemônico da modernidade cientificista.

Percebemos que os alunos do pré-Rocinha, nas suas ações cotidianas, transformam a sua realidade fazendo usos táticos das regras impostas, elaborando novos conhecimentos. Com o uso que fazem das regras que lhes são impostas e com os seus saberes/fazeres forjados no/do cotidiano constroem suas casas, seus espaços sociais, suas vidas. A escola, vinculada aos saberes dominantes, representante de um saber supostamente superior, dificilmente abre espaços para as culturas ‘inferiores’. Os conhecimentos e valores das camadas populares, principalmente os dos moradores de favelas, não são sequer reconhecidos como saber. É comum ouvirmos de profissionais da educação, que funk é coisa de bandidos e que Hip-Hop faz apologia a isso ou aquilo.

No PVCR, as ações dos alunos apresentam-se indissociáveis das práticas cotidianas experienciadas por eles na comunidade. Um exemplo interessante é um episódio que envolveu um conflito entre traficantes de facções rivais, cujos reflexos ofereciam constantes ameaças à integridade física de todos os indivíduos. A convivência com essa cruel realidade obrigou os alunos a construírem táticas que para compreendê-las faz-se necessário não só o contato com eles por algumas horas semanais, mas uma (con)vivência maior. Os alunos, devido a uma certa naturalização da violência a que estão expostos, não perceberam o estado de pânico de um professor voluntário (morador de um bairro da zona sul do Rio, que oferecia um distanciamento desse grau de violência urbana garantindo, inclusive, um “estado” de tranquilidade maior do que os dos moradores-alunos da Rocinha), que aterrorizado com o barulho dos tiros, perguntou se conseguiria ir embora para casa. A resposta veio num tom de brincadeira e de naturalidade: “Não se preocupa não, professor. Foi só uma granada que explodiu, mas foi um pouco distante daqui!”. Tal resposta pode ter tido alguma influência no fato de que, depois desse dia, o professor nunca mais voltou a dar aula no PVCR.

Esse relato demonstra claramente como a dinâmica local está imbricada no cotidiano do curso, e o quanto ela o influencia. A compreensão desse cotidiano requer uma sensibilidade que extrapola a “boa vontade” de ser voluntário. Especificamente nesse episódio narrado, o PVCR ficou sem um professor de física. O diálogo necessário entre o movimento e o vestibular forçou os vários atores (alunos, coordenadores e

professores) a utilizarem diversas táticas não pensadas nas estratégias iniciais (tentativas de remanejamento de professores, mobilização de várias pessoas na colação de cartazes nas universidades, etc.).

Enfim, um pré-vestibular de corte comunitário traz essas idiosincrasias. O PVCR já precisou várias vezes adequar a sua rotina (horários de terminos de aulas, aulas extras, calendários, etc.), em função do contexto local. Com isso, deduz-se que o cotidiano do pré-Rocinha é complexo, porém, faz-se um palco propício às práticas contra-hegemônicas e às táticas subversivas.

A latência da racialidade no Pré-Rocinha

Uma das principais questões que apontam para a relevância da dimensão política e ideológica do Pré-vestibular para Negros e Carentes (PVNC) pode ser identificada no momento da definição da bandeira fundadora do movimento, pautada na priorização da questão racial, que deveria permear todas as disciplinas e atividades do curso. A partir disso, foi criada a disciplina Cultura e Cidadania que atualmente se constitui como uma das características identificadoras dos pré-vestibulares populares.

Muitos dos núcleos que surgiram dessa matriz (PVNC), e que posteriormente se desligaram (como foi o caso do rompimento do núcleo Rocinha em 1999, dando origem ao Pré-vestibular Comunitário da Rocinha) dão indícios de que a priorização de outras bandeiras políticas não anula a discussão racial, pelo contrário, esta discussão mantém-se num estado de latência e constantemente emerge nos debates de cada núcleo. Além disso, como não há uma exigência rígida quanto à definição do posicionamento político dos colaboradores e professores que desejam atuar no curso, tendo em vista a necessidade de agregar voluntários, configuram-se os *pactos ideológicos frouxos* (SANTOS, 2003), cria-se uma estrutura na qual as posições conflitantes entre os participantes, devido à multiplicidade de orientações políticas e interesses que orientam as suas ações, não são vistas como um problema. Pelo contrário, entende-se com isso que é preciso desenvolver modos democráticos de regulação dos conflitos. A pluralidade de idéias e pertencimentos não é um problema. Democracia e pluralidade caminham juntas.

Porém, é preciso destacar que, mesmo quando a bandeira da racialidade é tratada de forma secundarizada na discussão interna do Pré-vestibular Comunitário da Rocinha (PVCR), é inegável a latência e a possibilidade desta discussão emergir no seu

cotidiano. Apesar da preocupação em sofrer algum tipo de constrangimento em relação à linha política e ideológica do núcleo, o debate sobre a questão racial pode emergir de várias formas e sempre costuma aparecer, seja em alguma disciplina específica ou nas interações em geral. O caso histórico é de Cultura e Cidadania, reconhecida como um dos momentos onde esta discussão constantemente é realizada.

No caso específico do PVCR, foi criada uma outra disciplina denominada Orientações Pedagógicas que tinha como um dos seus pilares de sustentação os relatos da história de vida e da trajetória escolar de cada aluno. A função era analisar e refletir, juntos, as chances e oportunidades históricas que cada um já teve e a partir daí traçar estratégias que oferecessem perspectivas para a entrada na universidade.

Além disso, existem as iniciativas pessoais de professores, intervenções de alunos e, atualmente, com a adoção de cotas raciais em alguns vestibulares de universidades públicas, esse debate vem se tornando constante no PVCR, ajudando a divulgar as políticas de ação afirmativa, contribuindo para a ampliação e o interesse dessas iniciativas pela temática sobre as relações raciais no Brasil.

É claro que a resistência a esse debate também pode ser manifestada entre os participantes e alunos do PVCR, mas a partir do momento em que os membros deste movimento não precisam necessariamente compartilhar da mesma linha política e ideológica é possível perceber idas e vindas da discussão racial dentro desse movimento, reforçando a idéia de que nesta conjuntura, na qual acontecem alternâncias de diversas correntes ideológicas presentes, e múltiplos interesses orientadores de ações dos sujeitos, há uma contribuição para o desenvolvimento dos pactos ideológicos frouxos, que possibilita a construção de um temário amplo e uma diversidade de questões para serem trabalhadas no curso.

A latência da discussão racial dentro do PVCR não pode ser negada, mesmo que na prática pedagógica de alguns professores isto não se manifeste. Um dos desafios frequentes nos pré-vestibulares populares refere-se ao objetivo de compatibilizar o trabalho de politização com outras disciplinas além da de “Cultura e Cidadania”. Isto significa dizer que, para atingir esta meta, espera-se que a maior parte dos integrantes do Pré-vestibular Comunitário da Rocinha esteja comprometida com a superação de tal dilema e compactuar com a idéia de formação política articulada com a preparação para o vestibular.

O cotidiano do PVCR, embora embebido de toda uma complexidade que o torna ‘irrepetível’, único e singular, traz na sua unicidade traços característicos de uma arena

de luta coletiva e ampla já consubstanciada em outros movimentos conforme nos indica Santos (2003). Isso nos confirma que, nesses cursos, mesmo nos que não têm a racialidade como bandeira principal, há uma estrutura pautada nos princípios que balizam os movimentos de corte racial: como os pactos ideológicos frouxos e a dimensão política materializada na disciplina Cultura e Cidadania, e é mantida a discussão racial num estado de latência, que emerge enredado com outros fios de discussões. Isso pode levar os atores sociais envolvidos a saírem de um estágio de sonolência crítica sobre essa questão tensionando-os a, pelo menos, elaborar um conjunto de argumentos que podem ser complementados, ou não, pelo grupo. Com isso, o curso passa a motivador das reflexões sobre essa temática, podendo provocar nos alunos uma possível reinterpretação do mito da igualdade racial.

Para não concluir

Ao fazermos esse breve estudo, evidencia-se que o Pré-vestibular Comunitário da Rocinha é regido por uma tensão constante entre as estratégias disciplinares que visam dar um formato próximo ao institucional, e as táticas subversivas (desviantes desse formato hegemônico), que têm por forma não um discurso, mas uma maneira de aproveitar as ocasiões para transgredir as regras impostas e forjar os núcleos golpe a golpe, cotidianamente.

Essa tensão cria um ambiente propício à emergência da racialidade como eixo temático de discussão e possibilita um retorno ao histórico político e ideológico do PVCR, no qual é possível estar reafirmando os seus objetivos, princípios e linha política, assim como sugere uma constante reflexão sobre as ações no/do cotidiano do curso frente à comunidade da Rocinha, sobretudo, através dos seus alunos.

Assim, é possível constatar que a disciplina “Cultura e Cidadania” e, no caso específico do PVCR, as Orientações Pedagógicas, fundamentam seus conteúdos programáticos, entre outras fontes, nos relatos das histórias de vida dos alunos. Com isso faz-se possível uma maior participação dos atores sociais na constituição do curso. Tal participação é um dos pilares fundamentais que dão sustentabilidade à dimensão política do curso, fazendo com que as relações no/do cotidiano construam um ambiente democrático onde a racialidade mantém-se num constante estado de latência.

Quando analisamos o tensionamento entre as estratégias e as táticas que pululam no PVCR estamos refletindo sobre a emancipação social e sobre as forças regulatórias

instituídas pelo discurso dominante, que permeiam e transitam na sociedade. Tais forças tendem a limitar nossas ações, atuando numa constante manutenção do controle disciplinar sobre as relações sociais reais.

Com isso, podemos sugerir que a percepção obtida nesse cotidiano, principalmente durante as aulas das disciplinas citadas acima, é de que o espaço do PVCR é uma arena propícia a uma práxis pedagógica politizadora, que proporciona o exercício do auto-conhecimento e por isso é emancipatório, na medida em que alunos, professores, coordenadores e colaboradores podem identificar e reconhecer algumas das complexas razões dos problemas que os mantêm distantes dos conteúdos exigidos pelo vestibular e, conseqüentemente, do acesso à universidade. Ou seja, iniciar um processo de intervenção a partir da construção de agendas de ações múltiplas é possibilitar uma auto-emancipação, na qual as atitudes possam conduzir a uma perspectiva de transformação social.

O Pré-vestibular Comunitário da Rocinha passou por um processo de amadurecimento da sua proposta durante os seus 10 anos de existência, mas ainda precisa superar obstáculos que são comuns à maioria dos pré-vestibulares populares. Dentre eles, o trabalho que tenta compatibilizar a formação política e a preparação para o vestibular, ao mesmo tempo em que questiona essa forma de ingresso, nas universidades públicas, principalmente. Tudo isso contribui para que estes pré-vestibulares possam ser considerados atores políticos importantes, no sentido de pressionar e intervir na definição das políticas governamentais relacionadas à elaboração de políticas públicas na esfera da educação. Com isso, espera-se que esses movimentos sociais possam traçar estratégias que estejam enredadas em ações amplas, apesar de possuírem suas especificidades em relação ao grupo de “filiação” (PVNC, EDUCAFRO etc), para que seja possível continuar resistindo e transgredindo a ordem imposta, e construindo a emancipação social.

Referências bibliográficas

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 2. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 23 . ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____ **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____ **Pedagogia da Esperança:** um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____ **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____ **Política e educação.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (Orgs.). **Educação de jovens e adultos:** teoria, prática e proposta. 4. ed. São Paulo: Cortez; Ins. Titulo Paulo Freire, 2001.

_____ **Concepção dialética da educação:** um estudo introdutório. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GARCIA, Regina Leite (org.). **Alfabetização dos alunos das classes populares:** ainda um desafio. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LEAL, Antônio. **Fala Maria favela:** uma experiência criativa em Alfabetização. 5. ed. Rio de Janeiro: Kisumba - Uzina de Cultura, 1982.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

NASCIMENTO, A. **Movimentos Sociais, Educação e Cidadania:** Um estudo sobre os Cursos Pré-vestibulares Populares. Dissertação de Mestrado em Educação. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 1999.

OLIVEIRA, I. (org.). **Relações raciais e educação:** novos desafios. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. **Currículos praticados:** entre a regulação e a emancipação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

OLIVEIRA, I.B. & ALVES, Nilda (orgs.). **Pesquisa no/do cotidiano das escolas:** sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PAIS, José Machado. **Vida cotidiana:** enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2003.

RELATÓRIO DA REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. Direitos Humanos no Brasil 2003. São Paulo, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Renato Emerson & LOBATO, Fátima (Orgs.). **Ações Afirmativas:** políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SANTOS, R. E. **As quotas no vestibular da UERJ.** Tempo e presença, Rio de Janeiro, n.330, p.16 – 19 julho / agosto, 2003.

SILVA, Jaílson de Souza. **Por que uns e não outros:** caminhada de jovens pobres para a universidade. Rio de Janeiro: Sette letras, 2003.

SODRÉ, Muniz. **O social irradiado:** violência urbana, neogrotesco e mídia. São Paulo: Cortez, 1992.

VALLA, Victor Vincent (org.). **Educação e favela.** Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

VARAL DE LEMBRANÇAS: histórias da Rocinha. Rio de Janeiro: União Pró-Melhoramentos da Rocinha: Tempo e Presença: SEC; MEC; FNDE, 1983.